



Relatório Síntese de Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Instrumentos de Gestão da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste Oeste

Data: 20/01/2015

Horário: 14:00h às 17:30h

Local: Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU). Av. Alvares Cabral, 200. Centro. Belo Horizonte.

Relatório Síntese:

O Secretário Municipal Adjunto de Planejamento Urbano, Leonardo Castro, abriu a reunião agradecendo a presença de todos os participantes. O Secretário esclareceu que o objetivo do grupo de trabalho é discutir de forma mais intensa e específica alguns tópicos relacionados à gestão.

A Gerente de Coordenação de Políticas de Planejamento Urbano, Izabel Dias, iniciou os trabalhos a partir de uma apresentação, que abordou três temas básicos para discussão: instrumentos de gestão, gestão de recursos e estrutura de gestão.

O Plano Diretor e a própria Lei Específica da OUC foram apresentados como instrumentos de planejamento. Segundo a proposta inicial, a lei específica da OUC definiria os parâmetros, os modelos de ocupação, a lista de intervenções, a contrapartida e o sistema de gestão para todo o perímetro. A Lei Específica também iria prever a execução por etapas, através de “Planos Especiais de Gestão”, em áreas prioritárias da OUC, onde seriam detalhados projetos e ações. A Lei Específica também iria prever mecanismos de aprovação especial, com possibilidade de adoção de parâmetros da OUC fora dos Planos Especiais de Gestão vigentes, condicionado à aprovação da SMAPU e ao atendimento de condições especiais previstas na Lei da OUC.

Sobre este tema, o grupo levantou questões como quais seriam os mecanismos de definição dos primeiros planos de gestão e se, implantados os primeiros planos de gestão, os demais correriam o risco de não serem implantados. A equipe da SMAPU esclareceu que os primeiros planos de gestão já devem estar definidos junto com o projeto da Lei Específica da OUC ACLO, para que a operação urbana já pudesse começar a ser implementada. Para a escolha dos Planos de Gestão iniciais, optou-se por: 1) áreas que possuem um potencial de arrecadação maior e uma menor necessidade de investimento, visando a redistribuição dos investimentos para outras áreas (ex.: área central); 2) áreas com projetos estratégicos para a OUC como um todo (ex.: articulação da Lagoinha e Área Central) ou com grandes projetos previstos pela prefeitura (ex.: região da Bacia do Calafate); 3) regiões alvo de grandes obras desassociadas com a ocupação, que geraram uma grande desarticulação do tecido urbano existente (ex.: proximidades da Pedro I).

Também se esclareceu que a Lei específica definiria os Planos de Gestão, mas a própria gestão da OUC indicaria quais seriam os próximos a serem implementados, já que esta definição é dinâmica, relacionada inclusive, ao interesse de mercado. Áreas que estão sendo demandadas





por muitas aprovações especiais poderiam indicar, por exemplo, a necessidade de lançamento de um novo plano de gestão. Mas a proposta é que a operação como um todo seja implementada, ocorrendo, no entanto, por etapas, garantindo a redistribuição dos recursos por todo o seu perímetro.

Foi apresentada a proposta inicial de Gestão dos Investimentos, segundo a qual, são reservados percentuais ou recursos para HIS, Vilas e Favelas, Gestão do PAES e Orçamento Participativo. Também serão previstos recursos para execução das obras de Pacote Mínimo do Plano de Gestão e recursos destinados à redistribuição para outras áreas da OUC, fora dos Planos de Gestão.

Sobre este tema, o grupo levantou questões com relação à listagem de obras trabalhadas pela Gestão Compartilhada e sobre a relação do Orçamento Participativo da OUC com o Orçamento Participativo do Município. A equipe técnica esclareceu que a listagem de obras da Gestão Compartilhada está sendo analisada de forma a verificar sua pertinência em relação à OUC. Também se esclareceu que a proposta do Orçamento Participativo da OUC não elimina o Orçamento Participativo da Prefeitura, sendo uma estrutura adicional à já existente, restrita apenas ao perímetro da Operação Urbana Consorciada. A equipe técnica ainda esclareceu que os percentuais de distribuição dos recursos não estão fechados ainda, tendo em vista a série de demandas que surgiram ao longo do processo participativo que ainda estão sendo analisadas.

Também foi apresentada a proposta inicial de Estrutura de Gestão da Operação Urbana Consorciada, segundo a qual, haveria um Escritório geral da OUC, um Grupo Gestor geral para a OUC como um todo, Grupos Gestores Locais, Escritório Locais e Comissões de Vilas e Favelas.

Sobre este tema, o grupo levantou uma série de questões relacionadas à composição do Grupo Gestor e alguns participantes solicitaram a ampliação da representação dos moradores. Também foi sinalizada a necessidade de inclusão dos demais entes que compõem o consórcio da OUC, definidos pelo Estatuto da Cidade, tais como os usuários permanentes, e a necessidade dos grupos de escala local serem mais deliberativos, para garantir a compensação local dos impactos. O grupo reforçou a necessidade de existência de processos participativos em todos os planos de gestão e a importância de se pensar no processo de escolha dos representantes dos grupos gestores e comissões. Também foi sugerido que estes grupos fossem instituídos de maneira imediata. Chamou-se a atenção para a importância de se pensar os modelos jurídicos que darão suporte à proposta. Alguns participantes apontaram que é mais importante discutir a metodologia participativa do que a composição da representação em si. A equipe esclareceu que a proposta da Estrutura de Gestão não está fechada e sim, em construção e que as questões levantadas serão avaliadas. Sobre a questão da ampliação das decisões no nível local, a equipe lembrou que existem algumas decisões que são estratégicas para a OUC como um todo e até mesmo para a cidade, e que estas devem ser tratadas pelo fórum decisório geral.





Seguem também, para registro, alguns apontamentos de cunho mais geral, que surgiram na reunião:

- Representantes de Associações de Bairro da Regional Oeste afirmaram que querem uma Regional Oeste atuante, que dê encaminhamento às demandas da comunidade. Também foi solicitada que a Bacia do Calafate seja posta em discussão, não apenas o Programa Parque Bacia do Calafate.
- Alguns moradores solicitaram que as reuniões nas Associações sejam conduzidas com linguagem acessível e que o processo de mobilização seja intensificado.
- Foi colocada a importância de se instituir os Conselhos Locais previstos no Plano Diretor.
- Representantes da UFMG apontaram que é necessário comprovar que a OUC terá como resultado mais gente morando no corredor e que a gestão de risco deve ser feita.
- Alguns representantes de Associações de Bairro sugeriram que seja considerada a tendência à expansão do trabalho virtual.

Por fim, a Gerente de Coordenação de Políticas de Planejamento Urbano afirmou que, na próxima reunião, a equipe técnica espera ouvir as propostas e sugestões dos participantes e encerrou a reunião.

